

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE 13DEZ2022

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório Maria Barroso, na Casa das Histórias Paula Rego os representantes do Conselho Municipal de Segurança, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. Intervenção do público:

1.1. Não houve registo de registo de inscrições;

2. Tomada de posse dos Senhores Conselheiros:

2.1. **Ana Raquel dos Santos Ribeiro**, Coordenadora da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Cascais;

2.2. **Bernardo Maria Pinheiro Torres Corrêa de Barros**, Presidente da Associação de Turismo de Cascais;

2.3. **Carlos Manuel Simões**, Secretário-Geral da UGT – União Geral de Trabalhadores;

2.4. **Cristina da Conceição Costa Oliveira**, Chefe da Divisão de Polícia Municipal de Cascais;

2.5. **Hélia Marina Pereira Chambel Pires**, Comandante da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa;

2.6. **Isabel Camarinha**, Secretária Geral CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;

2.7. **Luís Eduardo Minga Jerónimo**, Diretor da Autoridade para as Condições de Trabalho;

2.8. **Marcelo dos Santos Fernandes**, Autoridade de Saúde Pública de Cascais;

2.9. **Maria Adelaide Domingues dos Santos**, Magistrada Coordenadora da Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste;

2.10. **Maria José Machado Andrade Fernandes**, Representante dos Estabelecimentos de Educação de Ensino Básico e Privado no Concelho;

2.11. **Mariana Raquel Correia Vieira**, Comandante do Subdestacamento da GNR de Alcabideche;

2.12. **Paula Alexandre Lino Fernandes**, Comandante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos;

2.13. **Paulo Alexandre Pina Inácio**, Presidente da Associação de Profissionais de Pesca;

2.14. **Salvato Amador Seabra Teles de Menezes**, Presidente da Cascais Dinâmica;

2.15. **Sérgio António Ribeiro**, Diretor da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal da ASAE.

ORDEM DO DIA:

- 1. Abertura dos trabalhos formais e considerações iniciais pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente do Conselho Municipal de Segurança;**
- 2. Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 24/05/2021;**
- 3. Análise e discussão do trabalho efetuado pelas diferentes forças e serviços de segurança em matéria de criminalidade, ordem pública, policiamento de proximidade e sinistralidade rodoviária, nos primeiros onze meses de 2022, comparativamente ao período homólogo de 2021, com apresentação das seguintes entidades, nas respetivas áreas territoriais e de competências:**
 - a) GNR – Destacamento Territorial da GNR de Sintra;
 - b) GNR - Destacamento de Trânsito de Carcavelos;
 - c) PSP - Divisão de Cascais;
 - d) SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
 - e) ACT – Autoridade para as condições de Trabalho;
 - f) ASAE – Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica;
 - g) DPF – Divisão de Polícia Municipal de Cascais.
- 4. Discussão de assuntos de carácter geral relativos à segurança e ordem pública no concelho;**
- 5. Considerações finais e encerramento dos trabalhos pelo Dr. Jorge Roquette Cardoso, Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais.**

Pelas nove horas e trinta minutos, deu início à sessão o Dr. Paulo Mira, da Divisão de Relações Públicas e Protocolo da Câmara Municipal de Cascais, com a apresentação de cumprimentos aos presentes, e referindo que uma vez que não havia intervenção do público passariam à Tomada de Posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança.

Tomaram posse a Dra. Ana Raquel Henriques dos Santos Ribeiro, Coordenadora da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Gabinete de Apoio à Vítima de Cascais; Dr. Bernardo Maria Pinheiro Torres Corrêa de Barros, Presidente da Associação de Turismo de Cascais; Dra. Cristina da Conceição Costa Oliveira, Chefe da Divisão de Polícia Municipal de Cascais; Dr. Luís Eduardo Minga Jerónimo, Diretor da Autoridade para as Condições de Trabalho; Dr. Marcelo dos Santos Fernandes, Autoridade de Saúde Pública de Cascais; Dra. Maria José Andrade Machado Fernandes, Representante dos Estabelecimentos de Educação de Ensino Básico e Privado no Concelho; Paula Alexandre Lino Fernandes, Comandante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos; Dr. Sérgio António Ribeiro, Diretor da

Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal da ASAE. Por motivo de estarem ausentes, não tomaram posse os restantes membros a empossar.

De seguida o Dr. Paulo Mira, passou a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança.

O Sr. Presidente iniciou com o ponto 1. da ordem do dia, começando por apresentar cumprimentos aos presentes e referindo que como todos os presentes sabem e muitos envolvidos, a situação meteorológica que vivemos no presente dia, felizmente não foi tão grave em Cascais como se ouve de outros concelhos, nomeadamente nos concelhos vizinhos. Mas ainda assim, houve uma série de ocorrências onde naturalmente estiveram presentes as equipas que se encontravam na rua e as que estavam de prontidão. Assim por razão disto, o Sr. Presidente informou que iniciaria o conselho municipal de segurança, mas que não permaneceria até ao final da sessão, de modo a poder-se deslocar a alguns locais que apresentavam ainda condições mais complicadas. Assim sendo, ficaram presentes o Dr. Jorge Cardoso e o Sr. Diretor do Departamento de Polícia Municipal, Dr. Jerónimo Torrado que seguiriam com o conselho municipal. No entanto, solicitou que as apresentações fossem o mais sucinto possível pois, muitos dos presentes estariam com situações a correr nas suas áreas de responsabilidade.

O Sr. Presidente fez ainda referência ao que se tem vindo a assistir na evolução da questão da segurança no concelho e que tendo em conta o próprio rácio de 2021, apuramos algumas conclusões que nos preocupam. Maioritariamente, a delinquência juvenil que se continua a acentuar e que surge com uma maior frequência, nomeadamente em jovens menores de dezoito anos, assim sendo considerados crianças pelas próprias nações unidas e pelos direitos das crianças, já se manifestam portadores de armas, nomeadamente, armas brancas.

Frisou também a questão da violência doméstica que em 2021, foram registadas 26520 participações e alertou que mesmo com uma pequena redução nestes números, é necessário incentivar a participação destes casos. Pois é algo que nos preocupa e que são as situações pontuadas como as mais graves no concelho.

O Sr. Presidente referiu ainda, o contrato local de segurança que se tem vindo a desenvolver por via do que se tem vindo a falar com o Ministério da Administração Interna, e informou que está a avançar a questão dos CCTV em espaço público, que todos os locais foram naturalmente selecionados e escolhidos pelas forças de segurança. E mencionou que se encontra a aguardar a legalização/certificação, por parte do MAI e da CNPD.

No final do seu discurso, passou então a palavra ao Dr. Jorge Roquette para que conduzisse a reunião do conselho.

O Dr. Paulo Mira, passou de imediato ao ponto 2., a aprovação da ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança de 24MAIO2021, referindo que é do semestre anterior, e que não saberia se todos teriam presente a ata remetida.

A ata foi aprovada por maioria, com apenas uma abstenção da Comandante do Trânsito de Carcavelos da GNR.

O Dr. Paulo Mira, passou de imediato ao ponto 3. análise e discussão do trabalho efetuado pelas diferentes forças e serviços de segurança, matéria de criminalidade, ordem pública,



policamento de proximidade e sinistralidade rodoviária nos primeiros 11 meses de 2022, comparativamente ao período homologado de 2021 com a apresentação das seguintes identidades nas respetivas áreas territoriais e competências. Dando de imediato a palavra ao Destacamento Territorial da GNR de Sintra, uma vez que a Polícia Marítima não se encontrava presente.

Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial da GNR de Sintra representado pela Adjunta de Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, Senhora Capitã Adriana Martins, que procedeu à sua apresentação referindo que o Subdestacamento de Alcabideche faz parte do Destacamento Territorial de Sintra e a Comandante é a Tenente Inês Leandro, referiu que juntou aos dados solicitados, o período homologado de dois mil e vinte e dois, os dados referentes ao ano de dois mil e dezanove uma vez que, os primeiros meses do ano 2021 foram meses atípicos derivado da situação da pandemia. Assim sendo, as apresentações enquadram-se entre os períodos.

Em relação à análise criminal de todos os crimes que a GNR tem em registo, criminalidade geral, reparamos que de 1 de janeiro a 5 de dezembro de 2022 ocorreram mais 82 crimes do que no período homologado de 2019.

A nível da criminalidade violenta e fazendo um enquadramento daquilo que a GNR considera que está enquadrado na criminalidade violenta e grave, consideramos a ofensa à integridade física, homicídio, rapto, sequestro e tomada de reféns, roubos e resistência e coação sobre funcionário. Verificamos que relativamente ao crime de ofensas à integridade física voluntária grave, este ano no período de 1 de janeiro a 5 de dezembro ocorreram mais 4 crimes do que em comparação com 2019, mas apenas mais 1 crime que em 2021. Relativamente ao crime de resistência e coação sobre funcionário, é um crime que tem tendência a aumentar com alguma expressão e também é possível verificar nesta análise que ocorreram mais 5 crimes desta natureza em comparação com o ano de 2019. Depois, notamos um decréscimo da criminalidade relativa à barra amarela que se reporta ao roubo por esticão, onde houve uma diminuição de 12 roubos comparado com 2019, houve também a diminuição de 6 roubos na via pública e a diminuição de 2 roubos no interior de residências.

Ao nível das detenções, foram efetuadas mais de 101 detenções em 2022, por comparação ao período homologado de 2019. Explicou que no gráfico apresentado não se encontram todos os tipos de crimes, pois rondam os 1500, mas foram selecionados os que ocorrem com mais frequência e que motivam a detenções em flagrante delito porque os mandados de detenção consistem nas detenções fora de flagrante delito. Referente a estes dados denotamos um aumento de detenção por condução ilegal, ou seja, situações onde os condutores não estão habilitados legalmente para o ato da condução e relativamente à resistência e coação também houve mais detidos pela prática deste crime. No que diz respeito ao tráfico de estupefacientes, foi igualmente um crime cujas detenções aumentaram, de 11 detenções em 2019, este ano foram realizadas 17 detenções pela prática do crime desta natureza. Por fim, é possível de evidenciar um decréscimo dos níveis de furto, de 22 em 2019 para 16 em 2022 e se compararmos com 2021, de 28 que foram detidos houve menos 6 pessoas.

Passou então a mencionar os casos de violência doméstica que é um crime que bastante preocupa as forças de segurança e a comunidade em geral, houve um aumento de 42 casos de violência doméstica por comparação com o ano de 2019. De 279 participações ou por conhecimento oficioso ou por denúncias efetuadas, este ano houve 321 situações reportadas.

Relativamente aos acidentes de viação, resultaram mais 148 acidentes de viação na freguesia de Alcabideche do que em 2019, que deu num total de 556 acidentes.

A Capitã terminou assim a sua apresentação.

O Dr. Jorge Roquette agradeceu e de seguida chamou para fazer a sua apresentação a Sra. Capitão do Destacamento de Trânsito de Carcavelos, que mencionou ter sempre uns números que suscitam muito interesse neste fórum. Nomeadamente, os números de viaturas que anualmente passam na autoestrada, A5.

Destacamento de Trânsito de Carcavelos representado pelo Comandante do Destacamento de Trânsito de Carcavelos, Senhora Capitão Fernandes - Deu início à sua apresentação cumprimentando todos os presentes e apresentando-se. Referiu que iria tentar ser rápida na sua apresentação e que a mesma seria semelhante à do Destacamento de Sintra, no sentido de ser apresentada a comparação do período homologado de 2019, pelos mesmos motivos anteriormente explicados. No entanto, em termos de destacamento de trânsito, a missão é completamente diferente. Assim sendo, os pontos a serem retratados referem-se ao enquadramento, atividade operacional e sinistralidade.

Relativamente ao enquadramento, sabe-se que o destacamento se encontra mais vocacionado para a fiscalização e regularização da circulação rodoviária e da proteção e socorro. Por isso, a criminalidade e a missão acabam por ser um pouco diferente do que foi apresentado anteriormente. Este destacamento cobre também outros conselhos, não só o concelho de Cascais, e neste preciso momento existem 43 militares, o que faz uma grande diferença com os números que vão ser depois apresentados, pois do ano passado para o ano presente houve uma perda de 10 militares no destacamento.

Passou então à apresentação da atividade operacional. Aqui como se pode analisar no quadro apresentado, de 2019 para 2022 houve um decréscimo de tudo basicamente, mas o que é mais importante está relacionado com a criminalidade, os crimes, que são 76. Esta criminalidade se analisada em concreto, pode se justificar por dois motivos. O facto de haver realmente menos crimes, ou o facto de existirem menos fiscalizações como se pode ver nos dados também apresentados, devido há existência de menos patrulhas. É também de salientar, em termos da criminalidade, a maior parte dos crimes que este destacamento se depara, estão vocacionados com a condução ilegal, neste caso, a falta de habilitação legal ou a condução com influência do álcool, apesar de ser um órgão de polícia criminal e deparar-se com todos os tipos de crimes.

Ao nível de sinistralidade que é o maior foco deste destacamento, a grande preocupação, tem a ver com os acidentes.

Verificou-se que no total do destacamento em 2019, registaram-se 357 acidentes com feridos leves e em 2022, 261, isto é, no total do destacamento. Mas, o que interessa mencionar é referente ao Concelho de Cascais onde foram registados 25 no ano de 2019 e 65 no ano de 2022, ou seja, houve um aumento significativo de acidentes com feridos leves. No entanto, se verificarmos o número total de acidentes no Concelho, observamos que houve um grande aumento nesta área, de 47 em 2019 passaram a 147 em 2022, ou seja, houve um grande aumento de acidentes na nossa área.

O que se pode salientar é os feridos graves que passaram a 5 ao invés de 1, o que também é crítico. Já a nível de mortes, no Concelho de Cascais não houve nenhuma.

Apresentado o mapa da sinistralidade onde dá para ver mais ou menos onde ocorreram maior parte dos acidentes. Como também é de conhecimento o Destacamento de Trânsito trabalha nas autoestradas, estradas nacionais e algumas estradas municipais, poucas são as municipais pois estão na área do Destacamento de Sintra. Por isso, os dados que são aqui apresentados é apenas do Destacamento de Trânsito de Carcavelos e a maior parte como é possível verificar é na autoestrada.

Apesar de termos um foco de 7, de 6 e de 5 não quer dizer que seja exatamente no mesmo quilómetro porque muitas das vezes são nós, são saídas e entradas de autoestrada e por isso



não está centralizado exatamente na mesma localização. Há alguns também que estão mais leves, que não se consegue ver, são os das nacionais, mas são menores. As nossas maiores ocorrências são exatamente nas autoestradas e isto porque para além do fluxo ser maior e a A5 ser uma autoestrada que tem um fluxo bastante intenso, principalmente de manhã e ao final do dia em que ocorre muitos acidentes em cadeia e isso aumenta exponencialmente a quantidade de acidentes que ocorrem.

Assim, como se pode verificar, na A5 houve 90 acidentes, na A16 houve 25, nas estradas nacionais e municipais 31. As principais causas é a distração, desrespeito pela distância de segurança, manobra irregular, obstáculo imprevisto na faixa de rodagem e velocidade excessiva. A maior parte das causas que acontecem são situações que dificilmente conseguimos controlar. Aqui o que nos preocupa mais será a velocidade excessiva em que conseguimos ter alguma intervenção e reduzirmos assim esta causa de acidentes. Mas a maior parte deles, são por desrespeito pela distância de segurança, 34, é devido a existir um grande fluxo de trânsito e depois ocorrerem acidentes em cadeia.

Em termos de dados também nos foram solicitados as entradas e saídas da autoestrada, apresento aqui os da A5 que é do concessionário da Brisa. Temos o total de 2019 e o total de 2022. Depois temos a média, esta média é apresentada por semana e a semana que a Brisa conta é de segunda a sexta-feira, não conta fins-de-semana, é apenas os dados que nos fornecem justificando que não fazem ao fim-de-semana por haver menos fluxo. Depois temos a média de entrada em Lisboa sentido Cascais e entrada em Cascais sentido Lisboa de fluxo de trânsito que existe. Também trouxe alguns dados da A16 que também faz parte do concelho e aqui temos o sentido Norte/Sul e o sentido Sul/Norte, em que também podemos ver que houve um decréscimo de circulação, tanto numa como na outra.

A apresentação encontrou-se assim terminada e não havendo nenhuma questão o Dr. Jorge Roquette passou a palavra à Divisão de Cascais de Polícia e Segurança Pública, Subintendente Maciel.

Divisão de Cascais de Polícia e Segurança Pública, representado pelo Subintendente, Senhor Maciel Rocha, iniciou a sua apresentação agradecendo à Câmara Municipal pela colaboração que tem tido com a Divisão Policial de Cascais e na presença do Sr. Presidente e do Dr. Jorge Roquette na renovação das viaturas que se encontra de momento e que ajuda imenso no desempenho da missão. Para o conselho municipal, serão apresentados alguns dados estatísticos à semelhança da congênera GNR e também reflete os dados de 2019 pela mesma razão, os anos de 2020 e 2021 são anos atípicos, não obstante face comparativamente com 2021 também.

O subintendente referiu ainda que seriam apresentados alguns dados estatísticos sobre acidentes de aviação na área de intervenção, o concelho de Cascais com exceção de Alcabideche.

A apresentação iniciou-se com a criminalidade violenta e grave, onde se inserem os roubos, roubos na via pública sem ser por esticção, todo o tipo de criminalidade. Em 2022 e, estes dados são referentes ao período de janeiro a novembro conforme solicitado, excluindo o mês de dezembro em todos os anos para ser possível ter dados efetivamente comparáveis. Assim analisando os dados, percebemos um acréscimo em relação a 2021, não obstante em relação a 2019 que houve uma diminuição desta criminalidade.

Ainda neste tipo de criminalidade, são abordados apenas dois tipos de crimes, que na perspetiva do Sr. Subintendente são os dois tipos que mais influenciam a opinião pública e o sentimento de insegurança tão falado, o roubo na via pública por esticção e o roubo na via pública exceto esticção.

No roubo por esticção, como se pode verificar, os meses com mais acentuação e de maior preocupação são sempre os meses da época balnear e onde realçamos os meses de julho e agosto onde foram registados 10 roubos na via pública por esticção. Comparando 2021 e 2022 houve um acréscimo, no entanto, se introduzirmos os dados de 2019 verifica-se que houve uma diminuição de 8 crimes, no período de janeiro a novembro.

Em relação aos roubos na via pública exceto esticção nos anos de 2021 e 2022, verificamos uma expressão mensal mais equilibrada, genericamente são todos muito semelhantes. No entanto, se introduzirmos os dados de 2019 verificamos que a tendência é estável. São números que preocupam obviamente, mas, se analisados só os dados de 2021 e 2022 seria muito preocupante, com os dados de 2019 a preocupação existe, mas são dados mais factuais para apresentar.

Assim conclui-se a análise dos crimes violentos e graves e passamos a analisar a criminalidade geral, que são todos os outros tipos de crimes que existem milhares, mas onde mais uma vez apenas serão especificados os que na opinião interferem com o sentimento de insegurança.

De 2021 para 2022 verificamos um acréscimo de 106 crimes. Não obstante, se introduzirmos os dados de 2019 verificamos um decréscimo de 253 crimes. Aqui os crimes que mais preocupam são o furto por carteirista, o furto de veículo, o furto em veículo que são chamados os furtos em interior de veículo, o furto em residência, o furto em estabelecimento comercial, será dada uma passagem simples em todos estes tipos de crimes.

No furto por carteirista podemos ver que comparativamente a 2021, houve um acréscimo, o que é normal pois em 2021 as pessoas estavam circunscritas às suas residências, em 2022 as pessoas já podiam sair de casa o que provoca o aumento da criminalidade. Nos meses referidos há pouco como época balnear, maio, junho e julho são os meses que mais nos preocupam. Não obstante, comparativamente com 2019 verificamos uma diminuição substancial, tivemos um acréscimo de 6 crimes em relação a 2021, não obstante temos um decréscimo de 59 crimes em relação a 2019.

Relativamente ao furto de veículo motorizado houve um decréscimo comparativamente com o ano de 2021 e se introduzirmos os dados de 2019 verifica-se ainda mais este decréscimo, 86 crimes a menos.

Os furtos em veículo motorizado, o que na gíria chamamos de furto ao interior de viatura, verifica-se uma maior incidência na época balnear, as pessoas vão para a praia e deixam os carros nos parques de estacionamento e são sempre alvos apetecíveis, não obstante às ações destinadas com este fim. Mas ainda assim, são sempre os meses que mais preocupam. Comparando com 2021, isto justifica-se também porque parte deste ano foi quando as regras de confinamento começaram a ser aligeiradas e as pessoas aproveitaram que estavam cansadas de estar restritas às suas residências e foram para as zonas balneares, o que inevitavelmente proporciona a que haja crimes desta natureza. Por esta mesma razão se em 2020 e 2021 as pessoas estavam restringidas, assim que houve a possibilidade de sair os números deste tipo de crime aumentaram.

Quanto aos furtos em residência só foram mencionados três tipos, furto em residência com arrombamento ou chaves falsas, sem arrombamento ou chaves falsas e em áreas anexas a residências, a tipologia criminal dos furtos em residência engloba outros tipos, mas cingimo-nos a estes. Verifica-se também aqui um valor numérico estabilizado, não obstante nos meses de verão, mais uma vez, devido às pessoas irem passear e de férias como é natural e as residências são sempre alvos apetecíveis. Referiu que introduzindo os dados de 2019 verifica-se uma diminuição de 61 crimes e que em relação ao ano de 2021 também houve uma diminuição porque as pessoas encontravam-se nas suas residências o que leva a que haja menos crimes deste tipo.

G

Em relação aos furtos em edifício comercial-industrial, não é significativo, comparando por exemplo com os furtos em residências, mas é relevante a diminuição de 2019 para 2022.

Outro tipo de crime que é relevante de realçar são os crimes por violência doméstica. Comparativamente a 2021, houve um acréscimo de crimes. É importante realçar que a partir de SET2021 que inauguramos o nosso atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica, Casa Pilar, e acredita-se que também seja por isso pelo atendimento e pelo tipo de acolhimento feito, que as próprias pessoas estejam cada vez mais a fazer denúncia deste tipo de crime. Comparando com 2019 o acréscimo é de 9 crimes, comparando com 2021 é de 12 crimes. Desde que existe o atendimento personalizado existem muito mais pessoas a deslocarem-se e é de realçar que dos 392 crimes até finais de NOV2022 houve 38 detenções das quais 10 resultaram em prisão preventiva.

Passou então a apresentar os dados relativos ao trânsito, onde é de realçar que no presente ano e só até novembro já existem 1297 acidentes de viação. Houve uma diminuição em relação a 2021, mas ainda assim já foram contabilizados 357 feridos leves. Foram ainda contabilizados os feridos graves onde houve uma maior acentuação nos meses de abril e junho e no total houve 12 feridos graves. Em relação ao número de mortos por acidentes, não existe nenhum no presente ano, ao contrário de 2021 que houve 6 vítimas. Deu assim por encerrada a sua apresentação, agradecendo.

O Dr. Jorge Roquette agradeceu e frisou que ao ter sido criado o acolhimento às vítimas de violência doméstica reflete-se no aumento das denúncias relativamente a este crime, que seria o pretendido. O Subintendente Maciel concordou explicando que o facto de terem sido criadas condições e tendo profissionais com formação específica para estas situações, reflete-se no aumento das denúncias e que se acredita que este seja o caminho a seguir. Concordou também a Tenente Leandro, do Subdestacamento de Alcabideche, e acrescentou que a divulgação destas infraestruturas e desde serviço mais personalizado para o crime da violência doméstica, pois aproxima as forças de segurança a estas vítimas que são vítimas diferentes de todos os outros tipos de crime, transmitindo-lhes mais segurança para denunciar estas situações o que anteriormente não acontecia. Assim, agradeceu novamente o Dr. Jorge Roquette deixando a nota que este é um dado importante por ser relativamente recente as reconversões em instalações policiais quer na GNR, quer na PSP e que, tem trazido excelentes frutos. No entanto, o Dr. Jorge Roquette refere ainda que não há necessidade de agradecimento, uma vez que mesmo não sendo a função do estado local este tipo de apoio, sabemos que tendo em conta as vicissitudes dos orçamentos e de toda a dispersão que o estado central tem que ter neste tipo de custos, não há necessidade de agradecimento, pois o estado local deve ser chamado a contribuir com este tipo de meios que são absolutamente indispensáveis para as forças de segurança cumprirem algo que, muito embora o município não tenha nenhuma responsabilidade em termos de segurança, mas o município precisa de uma matéria prima preciosa que é a segurança, e isto são palavras do Sr. Presidente, pois um concelho que não tem segurança dificilmente tem o restante. Concluindo, são instrumentos básicos de trabalho e a Câmara tem muito prazer em contribuir da forma que tem contribuído. No caso, em apreço as 5 viaturas, carros de patrulha da PSP, atingiram o término do seu contrato de aluguer operacional e estão a ser substituídos. Deixou também o apontamento que o mesmo ocorrerá naturalmente com a GNR quando atingirem também esse prazo e as viaturas serão na mesma linha das existentes.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Professor Bento Vitorino, do Departamento da Educação, que interveio uma vez que não foram apresentados dados relativamente à escola segura e pretendia ficar com uma ideia da atividade uma vez que, existem algumas situações mais complicadas em agrupamentos maiores, como por exemplo a Matilde Rosa Araújo e a IBN Mucana que são as que têm maior pressão e que exigem a presença da escola segura mas que

muitas vezes a resposta dada é que não existem viaturas disponíveis para se deslocarem. Em relação à Matilde Rosa Araújo, alocada à área da PSP, foi explicado que existem viaturas da escola segura em todas as escolas territoriais. No entanto, podem não estar devidamente caracterizadas com o logotipo da escola segura, mas existem viaturas policiais para se deslocarem às escolas. Acrescentou também a Tenente da GNR que, relativamente aos meios direcionados para o programa especial da escola segura a GNR está estruturada de forma diferente da PSP por não ter este núcleo em todos as esquadras que são os postos ou subdestacamentos. Existe uma secção no subdestacamento de Sintra que é responsável por todas as escolas da área de Sintra e Alcabideche, o que significa que a viatura está a funcionar, uma viatura recente, elétrica e que funciona para todas as escolas. No entanto, não é possível estar presente nas 372 escolas que estão à responsabilidade e com uma equipa de efetivo que também não é o desejável, o que significa que com o efetivo disponível e com o numero de escolas que estão à responsabilidade, se fosse feito o acompanhamento das entradas consoante o horário da escola que se trate de todas as escolas, se conseguisse fazer duas entradas por dia só se voltaria à mesma escola passado 45 dias. Isto leva a que sejam estabelecidas prioridades em termos de ocorrências que existam, ou relatos de professores ou psicólogos da escola relativo a alunos que sejam mais problemáticos ou que evidenciam sinais de delinquência juvenil e procura-se assim focar e fazer ações até para dinamizar e aproximar as crianças à força de segurança. Como exemplo a escola referida, IBN Mucana, é uma das que existe este tipo de ação, inclusive em novembro foi feita a terceira ação deste ano, com meios a cavalo, meios de cinotécnia, meios de intervenção e ordem pública, para demonstrar às crianças todas as valências da GNR, aproximá-las e que assim percebem que as forças de segurança não aparecem apenas nas situações más. Durante estas ações as crianças relatam episódios traumáticos, o que mostra que são crianças com uma imagem negativa das forças de segurança devido a instabilidade que têm. Para finalizar, não existe nenhum tipo de problema em relação aos meios auto desta atividade, mas sim falta de recursos humanos, não só em Cascais, mas a nível nacional.

Sugeriu o Dr. Jorge Roquette que o Professor Vitorino quando tivesse na posse de elementos que lhe sejam facultados, solicitasse uma reunião em conjunto com as duas forças de segurança, com os diretos do departamento e todos os intervenientes necessários, até por ser um tema com algumas dificuldades que estão a tentar ser geridas. Assim, o Dr. Jorge Roquette chamou para fazer a sua apresentação o Inspetor Chefe Luís de Oliveira Martins, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Inspetor Chefe Luís de Oliveira Martins – Deu início à sua apresentação cumprimentado os Senhores Conselheiros, referindo que a situação atual do SEF é de conhecimento, a suposta reestruturação ou extinção conforme entendimento. Mencionou que como todos sabemos a possibilidade de ser o último conselho onde teria a sua apresentação ou no próximo conselho que salvo erro decorrerá em junho do seguinte ano. De seguida o Dr. Jorge Roquette interveio comentando que o inspetor chefe estaria a vaticinar ser a última apresentação, mas que o SEF se encontra em risco de ser extinto há dois anos e acrescenta que mesmo ocorrendo essa extinção haverá a possibilidade da Polícia Judiciária ter a representação, mesmo não sendo dentro dos moldes. O Inspetor Chefe acrescentou que mesmo tendo lhe sido sugerido que não o fizesse formalmente, gostava de o fazer pessoalmente. Isto porque, o inspetor faz parte há quase 15 anos deste setor e ao longo deste período encontrou-se com vários comandantes, tanto da PSP, como da GNR, como da Polícia Marítima e depois não descorando todos os outros órgãos que de alguma forma têm atividade policial ou de polícia criminal. Mencionou ainda ser responsável operacional destes três concelhos, Cascais, Sintra e Mafra, onde a delegação representativa destes três concelhos encontra-se sediada em Cascais. Acrescenta ainda que durante este período, que pessoalmente não o vê como longo, pois foi sempre um prazer e que neste momento poderá



encontrar-se perto do fim, mas tão somente a nível profissional. O inspetor chefe comenta ter tido o privilégio de ter feito grandes amizades em todas as entidades representadas no Conselho e que é uma mais valia que leva destes quase 15 anos. Assim, podendo ser este último convívio oficial ou formal, tenciona continuar as amizades que estes anos trouxeram.

Referiu que iria então passar efetivamente à sua apresentação que tencionava ser breve, uma vez que foi feita muito sintetizada a informação apresentada devido à situação do COVID-19 e como o Dr. Jorge referiu a questão que já se arrasta há cerca de dois anos.

Em termos de delegação, o SEF em Cascais é a unidade orgânica maior do país em termos de gestão de cidadãos estrangeiros residentes e é a terceira unidade, a nível nacional também, sendo que a primeira é a Direção Regional de Lisboa e a segunda a Direção Regional de Faro, o que é de notar pois, Faro tem cerca de cem mil cidadãos estrangeiros registados e Lisboa tem cerca de cento e noventa mil cidadãos estrangeiros registados. Esta delegação tem noventa e um mil, trinta e seis mil em Cascais, mas a delegação faz a gestão de noventa e um mil e cinquenta e um cidadãos abrangendo de facto o concelho de Cascais, Sintra e Mafra, uma força enormíssima, uma vez que no terreno são efetivamente apenas oito operacionais pois os restantes estão destacados para outras funções. Assim é feita uma gestão inspetiva de investigação, fiscalização com oito elementos mais um, o inspetor chefe que também se encontra presente. Assim, em termos informais, o inspetor chefe comenta que tomara ter os operacionais das outras forças, frisa que obviamente não há comparação entre atividades e atribuições que no caso do SEF são muito direcionadas e específicas. Portanto, noventa e um mil cidadãos estrangeiros que é feita a gestão e também por toda a situação que é conhecida, houve uma recompensa a esta entidade, também pelas suas atribuições como é lógico, que foi gestão e atribuição da proteção temporária nomeadamente na situação conhecida da Ucrânia. No decorrer deste ano, e não estando os dados do mês de novembro atualizados, mas houve cerca de seis mil pedidos de proteção temporária atribuídos a cidadãos da Ucrânia. Estes pedidos são sempre acompanhados de algumas participações ao Ministério Público até porque muitas destas crianças não vêm acompanhadas com os seus progenitores. Estes dados estão refletidos no quadro que reflete os pedidos de proteção temporária, que está dividido em sexo, faixa etária, onde se pode verificar que o número mais elevado de pessoas está nas idades que vão para a guerra.

O Inspetor Chefe interrompeu a apresentação para comentar a chegada da Delegada e pedir que interrompesse se quisesse pronunciar-se.

Dando continuidade, em termos de Brexit, também houve a situação que passou a haver atendimento na Loja do Cidadão de Cascais, como também na delegação. Existem 1123 (mil cento e vinte e três) títulos emitidos. A situação dos agendados e dos atendidos tem a ver precisamente com algumas situações que não eram tão simples, para além dos que não compareceram que são cerca de 200 pessoas que foram situações adiadas por reagendamento ou por outras situações que tiveram de ser verificadas.

Na atividade de fiscalização exercida pelo SEF tem se vindo a verificar um aumento de falsificação de documentos em toda a área abrangente, desde situações menos claras a algumas medidas cautelares, nomeadamente mandados de detenção. Ainda assim, o SEF diminuiu bastante, mas foi possível este ano fazer 184 ações de fiscalização. Comparando com o ano que estava no expoente máximo do COVID onde até foram feitas mais, 255 ações. No entanto, ações conjuntas foram realizadas apenas 16. De facto, tem se vindo a notar uma diminuição de ações conjuntas com outras entidades, o que de facto também parece bastante enquadrável devido ao que foi referido há pouco. Mas de facto, as operações conjuntas, como se verifica no quadro, foram feitas 16, em transportes obviamente foi sempre com participação da PSP, da GNR e também da Polícia Municipal de Cascais e também de Sintra. Na restauração e comércio foram feitas umas últimas ações em conjunto com a Divisão de Sintra. Identificamos 204 cidadãos estrangeiros, uma diferença abismal para o ano transato. De facto, a atividade de fiscalização de controlo do ilegal em Portugal, temos vindo a diminuir



constantemente em todos estes anos e não é essa a política de imigração em Portugal, a política e bem, é de integração. E, portanto, detetamos 65 cidadãos daqueles 204 em situação ilegal, e pode-se dizer que apenas 2 foram detidos. Ou seja, apenas 63 foram convidados a abandonar Portugal num prazo máximo de 20 dias úteis. Em termos práticos e com a política que temos, isto quer dizer que, é dada a possibilidade ao cidadão cerca de 28 a 30 dias, com fins-de-semana incluídos, que o mesmo querendo, por vontade dele porque não o podemos obrigar, tem a oportunidade ainda de se dirigir a um computador efetuar uma manifestação de interesse e sana a sua ilegalidade, poderá passar para irregular. A situação atual é esta, só dois é que foram detidos, precisamente por terem outras situações criminais pendentes e daí não foram alvo da maior benesse.

Em termos de medidas cautelares que detetamos, como apresenta o quadro, verifica-se um aumento da deteção de medidas cautelares. Sem muito a acrescentar. Em 2017 foram registados 107 processos de afastamento coercivo, é aquele processo de expulsão que nasce em autoridade administrativa, o SEF é autoridade de Polícia Criminal e também autoridade administrativa. Este processo de afastamento coercivo é precisamente o processo de expulsão administrativa isto quer dizer que, em 2017 nós detivemos 107 pessoas para dar seguimento à instrução processual, 106, 59, 52, 53 e este ano estamos com 38. Esta situação da detenção por situação de ilegalidade é só em caso extremo, ainda assim foram feitos 38, o que para o SEF é muito, mas temos vindo a diminuir e bem.

Foram realizadas 37 escoltas nacionais, isto é, quando transportamos os cidadãos que não estão em conformidade com a situação de estarem em Portugal e preferem ir para o seu país de origem.

Nomeadamente, dos 37 verifica-se que 35 foram expulsões judiciais, aquele cidadão que tem um processo e acaba por cumprir pena de prisão efetiva, sofre juntamente uma pena acessória de extorsão determinada judicialmente e o SEF é até agora a entidade competente para dar a execução à sua extorsão judicial. Assim pode-se verificar que a diferença existente são 2 cidadãos falados anteriormente que foram expulsos.

O SEF faz a gestão de 3 Estabelecimentos Prisionais, Tires, Linhó e Sintra e não propriamente, mas quase, um terço são cidadãos estrangeiros.

Na atividade de fiscalização exercida pelo SEF, as entidades com que normalmente acompanhamos são as indicadas, falta apenas o ACT, que inclusive há pouco tempo foi feita uma atividade conjunta. É de frisar que aqui reflete-se apenas as que são solicitadas, todas as outras foram referidas no slide anterior. Para além das ações de fiscalização no terreno, o SEF presta colaboração em diversas entidades e estas foram as solicitações que as entidades fizeram só ao SEF de Cascais. Normalmente prende-se com morada de cidadão estrangeiro para ir-se proceder em conformidade com o processo que estiver a decorrer, isto é, a chamada colaboração policial.

Seguidamente são apresentados os processos registados, falsificação de documentos, auxílio à imigração ilegal são feitos participação ao OP e remete-se para a direção de investigação criminal do SEF.

Referio que temos 2 postos de fronteira que são a marina de cascais e o aeródromo de Tires. Estes são dois postos de fronteira, no entanto, apenas a Marina de Cascais é um posto de fronteira, um posto de passagem autorizada, posto de fronteira 227. O posto de fronteira do aeródromo, não é um ponto de passagem autorizado, é um posto onde são aceites a passagem do voo e onde é transformado na altura em que ali se encontra a efetuar o movimento aeroportuário, em posto de passagem autorizado. No aeródromo de Tires no presente ano, até novembro, houve 1057 voos controlados, comparativamente ao ano anterior houve um ligeiro acréscimo o que é normal devido à situação da pandemia. Em termos de chegadas houve 548 e em termos de partidas 509 movimentos de aeronaves. A nível de passageiros, houve 2646 passageiros que transitaram no posto de fronteira aéreo, posto de passagem autorizado e



2681 tripulantes. Na marina de Cascais, este sim, posto de fronteira registado, houve 2755 passageiros e tripulantes, não se faz distinção, para cerca de 955 embarcações que transitaram ou que por virem de porto fizeram registo no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Terminou a sua apresentação com um agradecimento.

O Dr. Jorge Roquette pronunciou um comentário com o risco de influenciado pela amizade com o Inspetor, pelo facto da permanência que não é usual nas forças e serviços de segurança, mencionou que depois do discurso inicial, todos quer cidadãos civis ou das forças de segurança, a situação ocorre de momento com o SEF, mas amanhã poderá ser com outra entidade. Como cidadão, a opinião pessoal é que o processo foi desastroso e os governos não estiveram bem, porque não só destruíram um serviço que traz prejuízo para a segurança interna, isto é inequívoco e já várias pessoas o disseram. Agora, há uma tentativa de corrigir e as várias decisões também provocaram tumulto nas próprias PSP, GNR e judiciaria. Porque pior que uma má decisão é uma não decisão. Estamos todos solidários com os colaboradores do SEF, pela incerteza do dia de amanhã o que levou também a uma saída massificada de pessoas, de modo a procurarem outros locais, o que ainda prejudicou mais o SEF e depois foi se recebendo senhas com balões de oxigénio de forma a tentar-se manter o que é um serviço essencial. Obviamente que a PSP e a GNR associaram-se.

Posto isto, e não sabendo se será o último conselho ou não do SEF o Dr. Jorge Roquette deixa uma palavra especial de apreço pelo trabalho, pela proximidade que existe e por todo o apoio ao município. Nomeadamente, na questão da Ucrânia, que o SEF uma vez mais foi chamado e foi absolutamente incansável. O município de Cascais não se esquece, e em nome do Presidente deixa o agradecimento e profundo respeito, esperando que esta situação seja resolvida o mais rápido possível. Não sabendo depois se com a integração na Polícia Judiciária se manter-se-á este formato, possivelmente não, mas se assim o for esta nota impõe-se e é necessária.

O Inspetor agradeceu as palavras do Dr. Jorge e acrescenta que nunca foi referido por ele que se integrariam na Polícia Judiciária, pois prefere à data reservar-se tal como a sua colega Delegada.

A Delegada interveio desculpando-se pelo atraso e explicando que a sua chegada ao conselho foi um desafio, como todo o ano que decorreu. Acrescentou que o SEF como é conhecido, ninguém sabe se será a última vez no conselho ou não, uma vez que esta situação se arrasta há cerca de dois anos. No entanto, prestou um agradecimento à Camara Municipal de Cascais por toda a colaboração dada até ao momento e frisou que enquanto se mantiver o formato existente, o SEF se encontra em total disponibilidade. Referiu ainda que, este foi um ano em que a curva de colaboração se estreitou, houve o Brexit, houve a proteção temporária dos cidadãos Ucrânicos. Mas deixa uma vez mais, o agradecimento.

O Dr. Jorge Roquette agradeceu e prosseguiu com o conselho, dando assim a palavra à Autoridade para as Condições de Trabalho, Dr. Luís Jerónimo, de quem ouviu falar muito bem e que hoje finalmente tem o prazer de conhecer.

Autoridade para as Condições de Trabalho – representado pelo Diretor, Senhor Luís Eduardo Minga Jerónimo - Deu início à sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo que não tinha uma apresentação, mas que iria falar através de algumas notas. Há algum tempo que estava pendente a participação neste conselho até agora que o Dr. Jerónimo Torrado fez a intervenção de modo a esta autoridade fazer parte do mesmo. Começou por explicar que, como o próprio nome diz, Autoridade para as Condições de Trabalho, é uma entidade cujo objetivo é tentar fazer cumprir aos empregadores e aos trabalhadores aquilo que a lei manda, nem mais nem menos. A autoridade encontra-se distribuída pelo país, em 32 serviços. O serviço do qual é diretor, engloba os concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra e refere

que a nível nacional é o segundo com o maior número de trabalhadores, sendo que, o primeiro é o Centro Local do Grande Porto, que tem o maior número de trabalhadores, segundo os últimos censos, de 2011, que são os que ainda temos presente, funciona com 570000 trabalhadores afetos ao serviço. O Centro Local de Lisboa Ocidental, o qual representa, engloba os três concelhos referidos e tem cerca de 500000 trabalhadores e Centro Local de Lisboa Oriental, que engloba Odivelas, Lisboa e Amadora é o terceiro e anda na ordem de mais de 200000 trabalhadores. Sendo certo que, como acontece habitualmente nas grandes cidades, Lisboa e Porto, por exemplo Lisboa relativamente a recursos tem duas vezes e meia mais do que tem este serviço de momento nestes três concelhos.

Na intervenção destes três concelhos a autoridade tem tido uma colaboração extrema com as entidades presentes. No entanto, principalmente com a GNR, uma vez que abrangem Cascais, Oeiras e Sintra, mas maioritariamente Sintra onde tem maior colaboração com a GNR. Sendo certo que, em Cascais também com a GNR de Alcabideche e a PSP, uma vez que a autoridade faz parte também de um conjunto de equipas que se reúnem ou reuniam mensalmente, que chegava a ser às vezes meia dúzia de ações por semana, mas a realidade é que a pandemia não trouxe nada de bom e até para estas ações conjuntas que eram feitas bastantes e que no final do ano tinham resultados muito importantes. Portanto, nestes três concelhos, qualquer uma das entidades aqui presentes, PSP, GNR, SEF, ASAE e outras que não estão aqui representadas, nós temos uma colaboração, muitas vezes não se espelha nas estatísticas porque quando são feitas umas centenas ou até milhares de intervenções nas empresas, e hoje existe um fenómeno muito complicado que tem a haver de facto com a imigração. Nós somos um país, de imigrantes também, e precisamos de facto de mão de obra estrangeira também, se não temos as empresas a fechar pois não há mão de obra. E, se não tivermos um conjunto de entidades que zelam pela forma correta de integração desses emigrantes, temos alguma dificuldade. Hoje, nas centenas e milhares de intervenções feitas, deparamo-nos com o aumento de trabalho não declarado porque as empresas precisam de trabalhadores, vão buscar trabalhadores emigrantes e esses trabalhadores acabaram de chegar ao país e não têm ainda elementos nenhuns que os vinculem ao país. Já temos tido algum melhoramento neste sentido, quando hoje um cidadão chega consegue rapidamente um número de contribuinte, número de segurança social, mas, isso só não chega porque depois não tem o resto. Este resto leva nos então ao trabalho não declarado e tem existido alguma dificuldade neste trabalho não declarado. Quando existe uma empresa que tem uma dúzia ou mais de cidadãos estrangeiros em que eu preciso de naquele momento tentar resolver o problema, na maioria das vezes, ligo para o colega do SEF, neste caso, para o Oliveira Martins e peço que me veja a situação. Não é o ideal, o ideal seria ao invés de terem oito inspetores nesta zona, terem dezasseis ou até vinte ou trinta e que pudessem integrar em todas as ações e serem ações conjuntas. Isto ajudava significativamente neste conjunto de dados que tanto a PSP como a GNR mostram de alguma criminalidade, e que passa grande parte quase de certeza por estes trabalhadores que vão aparecendo no país e que não estão com condições dignas de trabalharem nem se quer de estarem a viver. Têm existido várias notícias que passam nos nossos órgãos de comunicação social onde nós vemos a precaridade com que muitos cidadãos estão no país. Estão muitas vezes em 3, 4 ou 5 metros quadrados, 7, 8 ou 10 cidadãos, nas piores condições e trabalham de sol a sol, sem condições dignas.

Estas ações conjuntas, nestes concelhos, onde possamos discutir estes fatores e cada vez mais existir esta ligação de proximidade entre as diferentes entidades, vai ajudar a combater a criminalidade, questão que as nossas autoridades aqui presentes referenciaram, mas se tivermos mais próximos tornam-se mais simples.

O Diretor referiu que quando chega a uma empresa e existe uma série de cidadãos que não estão declarados no país, estes são identificados, tenta-se perceber se já manifestaram interesse no site do SEF, o que muitas vezes ainda não foi feito e assim esta situação não se dilui e não é possível lá chegar. Tudo isto leva a que, estes cidadãos continuem cá, não vão voltar para o seu país claramente, porque se vieram para cá foi para tentar melhores condições de vida mas, vão andar por aí e vão ser de facto um conjunto de pessoas com grandes

dificuldades e possivelmente contribuir de facto para aumento dos índices de criminalidade. Quando é pedida a ajuda do SEF ou de outra entidade, na realidade os governos não têm tratado bem este problema, um problema que deixa muitas dificuldades. E volta a referir que quando se desloca a uma empresa, é fundamental ter um elemento que consiga aceder a um conjunto de dados, o que com a proteção de dados ainda mais difícil se torna, para ser possível perceber-se o que faz aquele cidadão neste país, como é que veio, de que forma. Era fundamental, que o nosso governo, e a presença do diretor é representação do Estado, mas não do governo atual ou de outro, mas era importante que fosse possível definir-se condições para que estes cidadãos quando chegam a Portugal, e nós precisamos deles, consigam ter uma "Loja de Cidadão", de modo a que tenham um local onde consigam tratar de todos os papeis e terem dignidade naquilo que vêm fazer. Estes cidadãos na realidade vêm para cá para trabalhar e nós precisamos deles para trabalhar, se falarmos com a restauração não há pessoas para trabalhar, se falarmos com a hotelaria igual, se falarmos com a construção civil que foi um dos setores que se manteve ativo neste tempo de pandemia não tem pessoas para trabalhar e vai buscar estes cidadãos. Quando se ouve dizer que agora está melhor, não é verdade. Cada vez mais se chega às empresas e há cada vez mais trabalhadores ilegais. As empresas questionam como é possível ter o trabalhador de forma legal, porque precisam dele e não existe uma via direta onde seja possível regularizar o trabalhador de modo a que ele fique em condições dignas, como está um português a trabalhar.

Em termos da organização para o tráfico de seres humanos, é um tema também típico da comunicação social e existe cada vez mais em determinados setores, cidadãos em sítios impensáveis. Os trabalhadores que estão no setor da construção civil e da restauração, existe uma dificuldade em chegar a eles. E se falarmos do setor das empregadas domésticas a dificuldade é maior ainda e se não houver uma grande interligação com as entidades presentes não é possível lá chegar, uma vez que a maioria das pessoas que trabalham em casas particulares são claramente trabalhadores ilegais e muitas vezes atados de pés e mãos, que estão fechados nas casas e ninguém lhes consegue prestar auxílio.

Referiu ainda que, faz parte da ACT há 21 anos, anteriormente pertenceu à educação com o qual ainda mantém uma forte ligação. Neste centro, iniciou-se com os três concelhos e seis inspetores e atualmente já conta com trinta inspetores, segundo a OIT deveriam ser cinquenta, mas, não existe razão de reclamação pois consegue ter trinta, quando já houve seis e é possível chegar e dar apoio aos trabalhadores que muitas vezes têm grandes dificuldades nas empresas. Existe é uma maior dificuldade em recursos de auxílio, no caso, desde técnicos superiores a assistentes técnicos, isto leva a que os inspetores façam todo o trabalho burocrático que é necessário num centro.

Enquanto autoridade para as condições de trabalho, acrescentou que existe completa disponibilidade de participação. Muitas vezes as entidades presentes detetam problemas de questões laborais graves e é importante que as façam chegar ao ACT, pois existem muitas reclamações dos trabalhadores, mas é importante que das ações que são feitas e sabe-se que são regulares, é importante que nesta ações ao chegarem às empresas e verificarem que há condições de alguma espécie de violência, não sendo se calhar a palavra mais correta, mas sim muitas vezes os trabalhadores são vítimas de violência no local de trabalho. Às vezes torna-se mais simples para uma entidade como a PSP ou a GNR por exemplo, verificarem estes locais e conseguirem participar de modo a ser possível ajudar esses trabalhadores. O ACT não está do lado do trabalhador, do empregador, mas sim do cumprimento da lei.

Termina assim a sua apresentação, referindo a disponibilidade da autoridade para a participação em qualquer situação e para as ações conjuntas, uma vez que nestas ações resolvem-se muitas vezes problemas que cada um per si não resolve. Deu o exemplo de um problema que foi muito mediático, nas herdades do Alentejo, onde aparecem todas aquelas pessoas ilegais, em escravidão do século XXI, o SEF interveio e bem mas, se a Autoridade para as Condições de Trabalho não estiver presente a questão do vínculo daquelas supostas empresas não se consegue provar. Na realidade é identificado o trabalhador estrangeiro, é

0

verificado se está legal em Portugal, mas o vínculo com aquela organização que o pôs a trabalhar ou foi buscar lá fora, não é possível. Mesmo que a autoridade se desloque lá posteriormente, não é possível na mesma. Ou seja, as ações conjuntas são fundamentais. Referiu ainda um agradecimento tanto à PSP como à GNR que nestes três concelhos têm sido incansáveis nas ações conjuntas, sempre que a autoridade precisa de fazer alguma ação, estão sempre disponíveis. Também é fundamental a Câmara de Cascais, apesar do ACT estar sediado em Sintra, a ligação das autarquias de Sintra e Cascais tem sido excelente pois sempre que é necessário basta uma ligação. Volta a referir que as ações conjuntas são fundamentais para a resolução de questões que cada um per si não consegue. Cada uma das entidades, com as suas competências, não consegue resolver, exceto quando em conjunto muitas vezes se resolvem com alguma facilidade. Mencionou ainda a esperança de que a mudança e a solução dos colegas do SEF tenham uma solução benéfica para as populações pois na realidade vai haver cada vez mais emigrantes e se ficar um vazio vai complicar mais as restantes entidades e a integração destes cidadãos no país, no mercado de trabalho, entre outros.

O Dr. Jorge Roquette agradeceu a disponibilidade que o diretor reiteradamente manifestou na sua intervenção as ações conjuntas e que certamente o Diretor da Polícia Municipal e Fiscalização de Cascais, Sr. Intendente Jerónimo Torrado, irá propor a curto trecho um conjunto de ações a todas as forças de segurança, claro à ACT e a ASAE estarão incluídas, que visem alguns objetivos que parecem fundamentais para o território. Portanto, total sintonia com a ACT. Agradeceu uma vez mais e convidou de seguida a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.

Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica – representado pelo Diretor da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal da ASAE, Sérgio Ribeiro, que iniciou com uma breve apresentação pessoal e comentou o seu gosto a nível pessoal e profissional pelo Concelho e ainda o gosto acrescido por passar a integrar neste Conselho de Segurança. Começando por apresentar a ASAE, como o próprio nome diz, esta tem uma dualidade de intervenção, quer na área ergonómica, quer na área da segurança alimentar. Além disso, tem uma atuação fortemente contraordenacional pois assim decorre da legislação que acomete competências de inspeção à ASAE, sem prejuízo naturalmente de um conjunto de crimes de competência digamos específica desta autoridade. Mencionou que contrariamente a alguns colegas presentes, a ASAE está estruturada por unidades regionais e a unidade regional que abrange a área de Cascais, a unidade regional do Sul, que consiste desde Santarém até extremo Sul. Isto quer dizer que, contrariamente a outros colegas presentes, não existe uma equipa específica confinada à área geográfica de Cascais. Ainda assim, até hoje, foram feitas 615 inspeções no Concelho de Cascais, portanto mais até do que em 2021, que foram realizadas 481. Sendo que, destas inspeções, grande parte delas, são focadas sobre retalhistas, portanto, segue a mesma tendência de 2021. Sem prejuízo naturalmente depois de outros tipos de operadores económicos, como prestadores de serviços, armazenistas, grossistas e importadores, ao nível da indústria e depois restauração e bebidas.

Dentro destes operadores económicos, o foco das inspeções tem estado maioritariamente sobre o comércio em estabelecimento fixo e comércio eletrónico, um método que o próprio covid impulsionou associado à publicação de uma legislação que obriga aos operadores económicos que fazem transações pelo método online cumprir um conjunto de informações. Portanto, é um conjunto de informações que obrigatoriamente têm de estar disponíveis online, a partir daí isso é uma competência da ASAE também começar a incrementar muito mais a inspeção online. Naturalmente isto é incomparável com as outras entidades aqui presentes no ponto de vista, até hoje, 2022, sinalizamos apenas três crimes, um de desobediência e dois de venda de contrafação, todo o resto são infrações contraordenacionais. Em 615 inspeções realizadas, houve apenas estas infrações, portanto, significa que do ponto de vista contraordenacional os operadores económicos estão de facto a cumprir com a legislação, o que é bom sinal. Em comparação com 2021, neste ano tínhamos de facto sinalizado mais

crimes desde GA avariados, contrafação, danos contra a natureza e isto tem a ver com a venda de espécies protegidas, falsificação de documentos, burlas, usurpação, reprodução e imitação de desenhos ou modelos e aproveitamento de obra usurpada. Em termos de dimensão criminal aqui no Concelho é muito baixa comparativamente com outras tipologias de crimes.

O Diretor Sérgio Ribeiro, agradeceu e finalizou assim a sua apresentação.

De seguida, o Dr. Jorge Roquette agradeceu e acrescentou que à semelhança da ACT a participação de ambas as entidades no decorrer das ações que irão decorrer no ano de 2023, a ASAE é um elemento fundamental pois alguns dos problemas e reclamações que têm surgido no concelho estão muito associadas com estabelecimentos mistos de supermercados, bebidas alcoólicas, entre outros, que depois levam a outros fenómenos que normalmente acabam em ordem pública, tanto com a entrada da PSP ou da GNR. Agradeceu mais uma vez a disponibilidade do Diretor e para finalizar passou a palavra à Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização, representado pela Subcomissário Cristina Oliveira, Chefe de Divisão de Departamento da Polícia, que apresentou uma vez que iniciou funções no dia 2 de dezembro, o novo elemento a chefiar a Divisão.

Sra. Chefe da Divisão da Polícia Municipal de Cascais – Dra. Cristina Oliveira, cumprimentou o Sr. Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Jorge Roquette, o Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, Intendente Jerónimo Torrado e os restantes Senhores Conselheiros Municipais. De seguida iniciou a sua apresentação referindo um ponto prévio, a Polícia Municipal de Cascais tem o dom e o cuidado de na sua área territorial, com cerca de noventa e sete quilómetros quadrados, abrangendo uma população de 214000 pessoas, tem conseguido desempenhar as suas funções com um efetivo de 58 polícias em toda a área do Município de Cascais, nas suas quatro freguesias.

O Departamento de Polícia e Fiscalização, onde se insere a Divisão de Polícia, encontra-se assinalado no organograma à esquerda. Esta Divisão tem duas Unidades, a Unidade de Operações e Informações e a Unidade de Polícia Ambiental. Fazendo uma breve caracterização dos recursos humanos da Polícia Municipal de Cascais, atualmente são 58 agentes, sendo de destacar que 40% são do sexo masculino e 18% do sexo feminino. Refere ainda que está a decorrer o Curso de Formação de 24 novos agentes da Polícia Municipal que, irão iniciar as suas funções no próximo dia 1 de junho do ano de 2023, portanto, irão iniciar a fase de estágio em janeiro, estão no processo de formação e no próximo ano conta-se acrescentar estes 24 agentes de modo a ficar um total de 82 polícias. Em relação aos recursos materiais, também estão apresentados os vários meios que estão ao dispor da Polícia Municipal.

Referiu que em relação às ocorrências carro patrulha, comparativamente com o ano de 2021, o ano de 2022 teve um aumento de ocorrências em situações planeadas. Isto teve muito relacionado com o apoio prestado às várias forças de segurança no âmbito do COVID-19, no auxílio da verificação do cumprimento das medidas. É de destacar também as ações que são feitas com entidades internas e externas. Comparativamente com o ano de 2021, existe uma redução de cerca de 50% no âmbito de ocorrências planeadas e um aumento de também sensivelmente 50% no âmbito de ocorrências inopinadas.

Relativamente ao Autos Notícia por Contraordenação, as infrações rodoviárias são o destaque. No ano de 2021 houve cerca de menos 1000 autos levantados comparativamente ao período homólogo e foram levantados 1177 autos por incumprimento da legislação em vigor da pandemia da COVID-19.

No que concerne às contraordenações rodoviárias, é de destacar efetivamente o estacionamento em cima do passeio e na passagem destinada aos peões entre outras, nomeadamente, a falta de documentos por parte do condutor, excesso de lotação que não cumprem o sistema de retenção por exemplo para as crianças, bem como, a falta de inspeção que também está muito relacionado com os processos feitos de remoção de veículos.



No decorrer das atividades são feitas também fiscalizações rodoviárias que posteriormente levam a um processo crime. Nomeadamente, quando são sem habilitação legal e quando são com efeito de álcool. Nestas situações são entregues os condutores à autoridade de polícia criminal competente para tomar as restantes diligências processuais, neste caso, detenção.

Referiu que uma das principais funções e que acresce um grande volume de trabalho, está relacionado com a remoção de veículos, estacionamento abusivo. No ano de 2021, o número é residual uma vez que nos encontrávamos no período do COVID-19 e houve uma certa paragem no âmbito destas fiscalizações. Contudo, no ano 2022, como se pode verificar, foram sinalizadas à Polícia Municipal de Cascais, 775 situações. Sendo que, destas 775 situações apenas foram removidas 469 viaturas que ainda assim é bastante.

No que diz respeito aos alarmes, estes alarmes são situações que ocorrem em estabelecimentos municipais. Sendo que, no ano de 2021, o número é bastante reduzido, comparativamente com o ano de 2022, que também está muito relacionado com as escolas terem estado encerradas. De maneira que, houve um acréscimo de situações, mas que normalmente são falsos alarmes, ou uma janela que fica aberta, o funcionário da limpeza que se esquece de desligar o alarme, portanto, não são situações reais.

Em relação a outra grande área estratégica que a Polícia Municipal está a abraçar desde 2019, tem a ver com a área ambiental. No ano de 2022 foram registadas 926 denúncias e 554 denúncias no ano de 2021. Estas denúncias são feitas via e-mail, para os vários serviços da Câmara que depois nos são comunicadas. Destacamos Carcavelos e Parede com um elevado número de denúncias em questões ambientais.

Relativamente ao Autos Notícia por Contraordenação Ambientais, destacamos a questão dos resíduos, que está muito relacionado com as situações que foram reportadas e comunicadas à Cascais Ambiente e nas quais temos um papel fundamental no levantamento dos autos por contraordenação e que realmente fez com que este número fosse destacado. Mencionou que é de destacar também a questão de contraordenações relativas aos detentores dos animais de companhia. Nos restantes dados, os valores são muito semelhantes comparativamente com os períodos homólogos.

No que diz respeito aos diversos tipos de expediente elaborado, ou seja, não deram origem a contraordenações. Destaca-se as situações de produção de ruído, ou seja, ruído em excesso, fiscalização de estabelecimentos, relacionado com o ambiente e de animais como falado há pouco. Aqui vê-se que existe um grande volume.

Quanto às ações e patrulhamentos feitos por estas equipas, essencialmente são direcionadas para patrulhamentos em espaços verdes do Município, para a vigilância do Parque Natural de Sintra Cascais, a vigilância toda à orla costeira, ações de sensibilização e ações multidisciplinares conjuntas.

No ano de 2022 foram feitas duas ações conjuntas no âmbito desta matéria ambiental, uma na grande Orla Costeira desde Carcavelos até à praia do Abano e outra na localidade de Tires, Freguesia de São Domingos de Rana. Estas ações visaram essencialmente verificar se os estabelecimentos comerciais eram utilizadores de separadores de gorduras e óleos alimentares usados. Foi verificado que na Orla Costeira, os estabelecimentos que foram fiscalizados/sensibilizados foram 113, apenas 97 estabelecimentos fazem a utilização destes separadores de gordura e óleos alimentares usados e apenas 16 é que ainda não faziam utilização dos mesmos. Quanto aos certificados e guias E-gar de uma forma geral os estabelecimentos estão a cumprir com a legislação, mas ainda há trabalho a desenvolver. Em relação à localidade de Tires, os estabelecimentos fiscalizados ou sensibilizados, foram 29 e aqui apenas 14 usavam separadores de gorduras e podemos ver no quadro que ainda é uma prática que não está muito utilizada, mas que, pretende-se fazer brevemente uma nova verificação pois esta ação foi mais de sensibilização e prevê-se nestes próximos tempos, até à abertura de época balnear, fazer-se uma nova verificação no sentido de se perceber se os

estabelecimentos que não faziam uso destes equipamentos se o passaram a fazer. Um dos objetivos também é alargar estas ações para outras zonas, localidades do Concelho.

Mencionou ainda duas notas, a título de curiosidade, a Polícia Municipal de Cascais dá apoio a diversas Unidades Orgânicas e Empresas Municipais. Para terem uma noção da quantidade de horas desempenhadas neste tipo de serviços, no ano de 2021 foram gastas, digamos assim, 5339 horas e no ano de 2022, 7182 horas, isto, é um trabalho suplementar dos agentes da Polícia Municipal de Cascais e como vêm revela que é um trabalho muito necessário.

Para terminar fica também a nota dos quilómetros percorridos no decorrer dos anos de 2021 e 2022. No ano de 2021, houve um aumento ligeiro, também devido ao ano atípico que tivemos da pandemia da COVID-19. Fica esta nota para que tenham perceção também, realmente o nosso Concelho é muito grande, conforme foi referido no início da apresentação e que aqui reflete-se isso mesmo.

Terminou a sua apresentação com agradecimento a todos os presentes.

Perguntou o Dr. Jorge Roquette, se mais algum dos Senhores Conselheiros pretendia intervir, não havendo lançou o próprio o desafio à Chefe de Divisão e ao Sr. Intendente Torrado, no próximo ano atingir-se os 385000 quilómetros que é a distância até á lua e com isso aumentar o nosso patrulhamento que já é bastante significativo, mas que com o reforço dos novos colegas, uma das áreas que como foi percebido a Polícia Municipal tem cada vez tem mais áreas e é um conjunto de exigências dos próprios municípios nas mais variadas matérias, no quadro de competências da Polícia Municipal, mas existe uma que o Sr. Presidente faz questão de mencionar e que tem sido cumprida que é, o policiamento de visibilidade. No policiamento de visibilidade exige-se, muitas das vezes uma coisa tão simples como um carro a circular, é o suficiente para criar o sentimento de segurança, isto também o município não interferindo, somos famosos por nunca interferir com as forças e serviços de segurança, mas é um pedido também que a Câmara reiteradamente faz quer à GNR, quer à PSP, a necessidade desse patrulhamento que trás grandes vantagens a esse nível. Agradeceu uma vez mais.

De seguida, o Dr. Jorge Roquette, a pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche, que chegou atrasado por motivos óbvios, a noite passada difícil, passa a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche, Dr. José Filipe Ribeiro.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche – Dr. José Filipe Ribeiro, iniciou cumprimentando todos os presentes e aproveitou o fórum para se dirigir à Sra. Tenente Inês Leandro, após lhe desejar os bons dias, transmitiu um fenómeno que está a ocorrer nos Clubes Desportivos da Freguesia, nos dois, principalmente Malveira da Serra e Fontainhas, na questão do policiamento obrigatório dos jogos nos escalões em que é obrigatório. O que foi transmitido ao Sr. Presidente é que de facto nos últimos tempos a GNR não está a conseguir estar presentes nesses jogos, o que em cima da hora implica alterações aos jogos, implica reagendamento dos jogos com acordo da equipa adversaria, ou seja, é um transtorno não só na marcação dos jogos mas afeta também os treinos e isto nunca aconteceu até aqui. Sabe-se que existem outros meios alternativos de segurança, por incrível que pareça ou por caricato, num desses jogos que se optou, neste caso, o Grupo Desportivo da Malveira optou por recorrer a essa figura, as pessoas que iam fazer a segurança do jogo enganaram-se e em vez de irem para a Malveira da Serra foram para a Malveira dos Bois, teve que se alterar novamente o jogo. Ou seja, nestes últimos tempos tem sido difícil para os Clubes Desportivos, principalmente para a Malveira da Serra e o Fontainhas, que são os clubes das freguesias mais afetados, aquilo que dizem a nós os presidentes, é que nunca acontecia e ultimamente está a acontecer sistematicamente essa impossibilidade por parte da GNR, de estar presente. A GNR, o estar presente para os clubes é mais eficaz e mais barato do que se tiverem de recorrer aos meios alternativos, é mais dispendioso do que o que se passa à GNR. Por todos estes problemas que estão aqui originados, apelava aqui ao bom senso por parte da GNR, ver a

possibilidade de um esforço adicional e da presença que não digo em todos os jogos, mas, em mais jogos do que tem sido até aqui, de modo a facilitar também o trabalho das Direções dos Clubes Desportivos.

De seguida o Dr. Jorge Roquette passou a palavra à Tenente Inês Leandro.

A Tenente iniciou cumprimentando o Presidente e mencionou que efetivamente a situação é um problema que também afeta a GNR, uma vez que, se forem criados incidentes a deslocação ao local terá que ser efetuada na mesma, ainda que não em regime de serviço remunerado mas para resolução de uma ocorrência de violência, ou de desacatos, ou por solicitação da arbitragem que enquanto não chegar a patrulha não dá continuidade ao jogo. Mas, esta situação prende-se com o facto de que muitos desses jogos, em toda a Freguesia de Alcabideche, que é uma freguesia em que quase todos os escalões estão na primeira divisão, ou que existe muitos jogos que são marcados para a mesma hora, que é quase todos os fins de semana às catorze horas. Existem alguns fins-de-semana, existem sábados, que são mais de oito jogos ao mesmo tempo e não é possível colocar efetivo exclusivamente nesse tipo de eventos, a legislação que regula os serviços remunerados é muito específica e não é possível empenhar militares que não são voluntários para fazer esse serviço. O serviço remunerado ao contrário do que possa ser conhecido no exterior das instituições, não é um serviço de policiamento normal porque a própria legislação não obriga à presença da força de segurança naqueles escalões desportivos e daí a possibilidade de os clubes contratarem meios alternativos e recorrerem a assistentes de recintos desportivos da segurança privada. Em todas as situações em que exista a colisão entre dois eventos, em que por lei um é obrigatório e o outro por lei não é obrigatório, são esses escalões juvenis e camadas mais jovens do futebol, futsal, ou o que seja, a GNR tem de dar prevalência aos que a lei diz ser obrigatório e assim empenhar os meios. Muitas das vezes a GNR só é informada quinta-feira ao final do dia ou sexta-feira ao início da manhã e é quando é possível dar resposta aos clubes a dizer que não temos capacidade para satisfazer esses serviços remunerados, que não são obrigatórios, e que devem reagendar o jogo ou contratar a segurança privada. Apesar da GNR ter todo o interesse em estar presente em todos os sítios, não nos é possível quando a própria legislação diz não ser obrigatório e é preciso alocar todos os meios disponíveis e ficam mesmo todos os meios empenhados naqueles que são obrigatórios por lei. Neste sentido, a Tenente menciona ainda que acredita causar muitos constrangimentos aos clubes, entra em colisão com os treinos, atletas, etc., mas de facto, não é possível. Quando a resposta é que não há capacidade, a realidade é que não existe mesmo, não é por dar-se férias ou folgas a mais aos militares.

O Sr. Presidente interveio explicando que quando falava de policiamento é referente aos jogos que realmente são obrigatórios, nomeadamente os seniores, que tem estado a acontecer. Nos seniores e nos juniores que são os escalões obrigatórios e tem estado a acontecer. Referiu também que está a transmitir a preocupação dos presidentes, tendo conhecimento da matéria e sabendo que estas situações não aconteciam anteriormente. Assim, ficou esclarecido que não é possível a presença em todos os jogos, mas deixa na mesma o apelo. No entanto, referiu ainda que posteriormente falará com todos os presidentes para que antes de irem ao sistema de agendamentos dos jogos para o policiamento, falarem primeiro com a GNR se existe disponibilidade ou não para aquela data e hora e se sim, fazer-se o agendamento do jogo.

A Tenente acrescentou ainda que existem situações de eventos que surgem depois da GNR dizer que tem capacidade e no caso dos seniores nem sempre é obrigatório. Os seniores e os juniores só são obrigatórios se a avaliação de risco por parte da APCVD assim o disser.

O Sr. Presidente referiu que os árbitros não fazem o jogo sem o policiamento, se quando chegarem não virem os agentes ou a segurança privada não fazem o jogo.

Ao que a Tenente explicou que os árbitros não fazem o jogo por uma questão de segurança, uma vez que preferem fazê-lo que com a presença da GNR. No entanto, daí não advém o facto do policiamento ser obrigatório. É uma opção do profissional da arbitragem, não decorre da legislação. Portanto, não é obrigatório.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche, aproveitou também o momento para mencionar que ao ver o levantamento do número dos autos, as contraordenações, toda a atividade da Polícia Municipal. Na Junta de Freguesia, já por algumas vezes, o Presidente fez denúncias, nomeadamente, pelo depósito de terras em terrenos que não deve ser colocado. Nestas situações o Presidente mostra o seu interesse em que no futuro quando o Presidente da junta fizesse este tipo de denúncia que houvesse o retorno do que aconteceu naquela situação, se houve alguma atuação, se não houve, apenas para não ficar sem saber de nada. Uma vez que é feita a denuncia, é dada a resposta em como foi recebida, mas depois não se sabe o encaminhamento ou o final que aquele processo teve. E era bom, se não fosse trabalhoso, ter uma informação do que é que aconteceu na situação denunciada.

De seguida, o Dr. Jorge Roquette respondeu ao Sr. Presidente, esclarecendo que no e-mail que enviou para este, que foi informado, sem certezas dos restantes, mas naquele específico sim.

Assim, o Dr. Jorge Roquette passou à tomada de posse dos membros que por motivos óbvios não estiveram presentes no início da sessão.

Por fim, tomadas as posses e chegado ao fim da ordem dos trabalhos, não havendo mais nenhum pedido de intervenções. Agradeceu a presença de todos, desta vez de uma forma especial, uma vez que tendo em conta a noite anterior e o próprio dia, muitos dos presentes fizeram um esforço adicional para conseguirem assegurar a presença. Por parte do município, este encontra-se sempre ao dispor para tudo o que for necessário.

E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada em Conselho Municipal de Segurança, vai ser assinada pelo Presidente.

O Presidente do Conselho Municipal de Segurança



Carlos Carreiras